



## COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

### PROJETO DE LEI N. 74/2021

**PROPONENTE:** Deputada Joana D'arc

**RELATOR:** Deputado Ricardo Nicolau

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Municípios do Estado do Amazonas em dar publicidade, nos sítios oficiais próprios e boletins diários, dos dados de vacinação na forma que especifica.

### PARECER

#### I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame e parecer, o Projeto de Lei n. 74/2020, de autoria da Excelentíssima Deputada Joana D'arc, que “Dispõe a obrigatoriedade dos Municípios do Estado do Amazonas em dar publicidade, nos sítios oficiais próprios e boletins diários, dos dados de vacinação”.

A propositura tramitou na forma regimental sem interposição de emendas.

Inicialmente, os autos foram encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a”<sup>1</sup> c/c Art. 127, §1º, inc. III<sup>2</sup>, do Regimento

---

<sup>1</sup> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: I – Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Assembleia e de matérias que lhe sejam encaminhadas.





## COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Interno. No âmbito daquela Comissão o Relator da matéria opinou favoravelmente à sua admissibilidade.

Dando continuidade ao Processo Legislativo, a propositura chega a esta Comissão de Saúde para análise dos aspectos previstos no artigo 27, XVII do Regimento Interno.

Remetido a este Gabinete para relatoria, nos termos regimentais, e passo a emitir Parecer.

É o Relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Com base no que dispõem os artigos 33, *caput*, da Constituição Estadual, e 87, I, do Regimento Interno, a Eminente Deputada Joana D’arc submete para apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, justificando a iniciativa.

Conforme consta nos autos, o objetivo do presente PL é garantir que os municípios de nosso Estado realizem a correta vacinação com total transparência para a nossa população.

Destaca, ainda, em sua justificativa, que os veículos de imprensa noticiaram o “sumiço inexplicável” de mais de 60 (sessenta) mil doses da vacina *Coronovac* no Amazonas bem como em outra região do país pessoas que não estão na lista de prioritários furando a fila para serem vacinados.

Importante destacar que a Constituição Federal garante a saúde como um direito de todos.

---

<sup>2</sup> Art. 127. (...) §1º A proposição é despachada às comissões pelo Presidente da Assembleia, obedecendo aos seguintes procedimentos: (...) III – distribuição da matéria às comissões permanentes, iniciando a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que efetua o exame de admissibilidade jurídica e legislativa, salvo exceções contidas neste Regimento





## COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

**Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste sentido, entende-se que a matéria reveste-se de interesse social incontestado, ao passo que visa garantir a transparência dos Municípios em relação a aplicação de vacinas, portanto, o Poder Público deve garantir que a saúde seja protegida de forma transparente, cujas palavras da Professora Ieda Cury transcreve-se por sua pertinência ao tema:

“(...) o direito a saúde é o principal direito fundamental social encontrado na Lei Maior brasileira, diretamente ligado ao princípio maior que rege todo o ordenamento jurídico pátrio: o princípio da dignidade da pessoa humana – razão pela qual tal direito merece tratamento especial.”<sup>3</sup>

Por fim, diante da grande relevância social que se reveste a matéria na defesa e garantia do direito à saúde, tendo em vista a constatação de que a propositura atende aos preceitos legais, bem como sua conformidade com as regras do processo legislativo, recomendo sua aprovação.

### III – VOTO

Do esboçado na fundamentação, sob o prisma que me compete analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto de Lei epigrafado, nos termos propostos originalmente, conclamando aos demais membros desta Comissão e ao Plenário desta Casa de Leis, a idêntico proceder.

---

<sup>3</sup> CURY, Ieda Tatiana. Direito fundamental à saúde: evolução, normatização e efetividade. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. Página 57.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA**

S. R. DA COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 11 de novembro de 2021.

**Deputado RICARDO NICOLAU**  
**Relator**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

MAYARA MONIQUE FIGUEIREDO PINHEIRO - EM 07/12/2021 11:10:49  
MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 24/11/2021 10:02:38  
LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - EM 22/11/2021 12:38:30

